

SESSÕES DO PLENÁRIO

64ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de agosto de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 14 e 15/8/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**
Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente Nelson Leal, colegas deputados, deputadas, pessoal das galerias, pessoal da imprensa, pessoal da TV ALBA, do cafezinho, da taquigrafia.

(Lê) “O Brasil hoje acordou estarecido com mais um capítulo do escândalo da ‘Vaza Jato’. Conversas divulgadas pelo *Intercept* apontam diálogos entre procuradores que participam da operação Lava Jato, em que desdenham da morte da ex-primeira-dama, Marisa Letícia. O procurador Dallagnol chega a comparar a ex-primeira-dama pejorativamente a um vegetal, ao se referir à situação de saúde da mesma.

Ao comentar uma declaração do presidente Lula, que tinha acabado de perder sua companheira de décadas, a procuradora Laura disse que era vitimismo, que uma dose de sal a mais poderia ter sido o movimento no AVC sofrido por Dona Marisa Letícia. A monstruosidade dessa gente não parou por aí, ao perder o seu irmão Vavá, o presidente Lula solicitou ir ao enterro do irmão com que tinha mais proximidade, e daí mais um episódio monstruoso dos procuradores em suas conversas espúrias, abre aspas, ‘O safado só quer passear’, em referência ao presidente Lula, que queria ter o direito de participar do funeral do irmão.

Mas não parou por aí, porque essa gente não carrega consigo só o ódio, essa gente carrega o maucaratismo, a falta de humanidade, de compaixão ao próximo andam longe do cristianismo e de qualquer sentimento de amor. Essa gente é a prova de que diploma e educação são coisas distintas, são pessoas frias, gélidas, beiram a psicopatia. Ao perder o seu neto, o pequeno Arthur, de 7 anos, um dos netos mais próximos, um momento de dor para qualquer avô. O presidente Lula mais uma vez foi atacado em diálogos entre procuradores, um deles disse, abre aspas, ‘Usa a morte do neto como estratégia para se humanizar, como se fosse possível no caso dele’.

Esses diálogos divulgados mostram que a Lava Jato está longe de ser uma operação judicial. Atesta aqui o que milhões de pessoas pelo mundo inteiro denunciam, a Lava Jato é uma farsa, que aparelhou o judiciário brasileiro para interesses ideológicos, políticos, partidários e financeiros, que aprisiona o maior líder político popular do mundo sem qualquer prova, que contribui para a tentativa de golpes de estado em toda América Latina.

Essas atitudes e desmandos da Ditadura de Curitiba, contrariam até mesmo a Declaração Universal dos Direitos Homem em seu artigo 5º: *‘Ninguém será submetido à tortura, nem a punição ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes’*. O que fazem com o presidente Lula é tortura psicológica, com o objetivo de matá-lo na prisão.”

Porque eu acho que isso é um absurdo, queria comentar o que esses procuradores... o que está vindo a público e ofende toda a sociedade brasileira. Como é que um povo desse ainda tem coragem de usar o nome de Deus, o nome de Cristo para defender o que eles fizeram. Como é que pode um procurador federal do nosso país achar boa a morte de um neto de uma pessoa como o presidente Lula? Achar boa a morte de Dona Marisa? Impedir que o presidente Lula fosse ao velório de seu irmão, chamando-o de safado? Isso, minha gente... Nós precisamos refletir que procuradores são esses? Que juízes são esses, minha gente? Vocês já pararam para perceber a crueldade disso?

Nós temos aqui Bancada da Oposição e Situação. Já imaginou, caso aconteça com qualquer um, aqui, a perda de um parente e o outro dizer: “Eu achei foi bom! Isso é um safado! Isso daí não vale nada! Oh, coisa boa!”

Pelo amor de Santana, minha gente! Nós precisamos ter uma reflexão, de trazer amor, de trazer tolerância, nós não podemos mais aceitar esses falsos profetas, esses fariseus...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que usam a lei brasileira para perseguir, para descumprir a Constituição Federal e para cometer abusos e arbitrariedade como essa “Vaza Jato” está fazendo ao nosso país.

É lamentável e eu queria aqui repudiar e queria demonstrar todo o nosso apoio e solidariedade ao presidente Lula, a toda sua família, peço desculpas a eles por esse naipe de gente que tanto mal faz ao nosso país e...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que não respeita o sentimento, nem a família alheia.

Lula Livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Eu estou aqui já há algum tempo tentando acessar esses tablets que ficam aqui nas nossas bancadas sem conseguir que eles funcionem. Então, eu queria pedir a V. Ex.^a que providenciasse o conserto, a manutenção e se isso não for possível, a retirada desses equipamentos que para nada servem neste Plenário.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. presidente, questão de ordem, Sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Eu gostaria também de reiterar essa constatação do nosso querido deputado Robinson. Eu gosto até de as vezes informações...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Qual é o artigo do Regimento para a questão de ordem?

O Sr. Zé Raimundo Lula: Não funciona, não funciona, eu gostaria que V. Ex.^a também providenciasse ou a retirada, ou o conserto, ou a viabilização....

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Qual o artigo do Regimento para a questão de ordem?

O Sr. Zé Raimundo Lula: É o bem-estar do deputado. O deputado não pode trabalhar sem condições. É um direito subjetivo, pode constatar que está aí no enunciado geral.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Robinson Almeida e Deputado Zé Raimundo, nós já entramos em contato com a empresa que hoje detém o contrato, tanto do painel, quanto também do totem que tem na frente da Assembleia, bem como dos tablets.

Já solicitamos que viesse para Salvador, a empresa é de Minas Gerais, que viesse a Salvador conversar com a diretoria, com a Superintendência Administrativa e Financeira, pois nós não temos mais o interesse de manter aquele painel eletrônico lá da entrada da Assembleia devido aos seus custos extremamente, no mínimo, irrazoáveis e como também os *tablets* que já tem muito tempo, não têm uso para os deputados aqui da nossa Casa.

Então, nós já pedimos e eu determinei ao diretor de Informática, Dr. Armando, que recolhesse os *tablets* e os enviasse para a empresa lá de Minas Gerais. Vou reafirmar também o interesse de rescindirmos o contrato no que tange aquela placa, aquele painel eletrônico lá da frente da nossa Casa.

Com a palavra o próximo...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Eu não posso deixar de trazer ao Plenário, especificamente, a V. Ex.a, neste momento, os nossos agradecimentos, até porque fui eu que puxei a ponta desse novelo. Muito obrigado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Desde aquele dia nós procedemos ao que nós aqui afirmamos no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito Adolfo Menezes. Eu queria convidar a deputada Maria del Carmen, nossa primeira-secretária, para assumir a direção dos nossos trabalhos, visto que nós estaremos recebendo agora a visita do desembargador Lidivaldo Britto.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, triste Brasil! Já estamos praticamente no mês de setembro, 2019 jogado fora. Eu acredito que o Brasil nunca assistiu, nunca presenciou, nunca viu um presidente da República tão irresponsável, tão inconsequente, como esse que o povo brasileiro colocou no Palácio do Planalto.

Um presidente que não se preocupa em governar. Eu acredito que ele não sabe o que é isso, governar. Ele se preocupa todos os dias, parecendo uma criança... Não dá nem para nominar, deputado Marcelino Galo, o presidente que nós temos. Criando problemas internacionais, acusando sem provas e aí está o retrato. O conselho de atividade sem os membros, atrapalhando, deputado Marcos, fusões e aquisições de empresas, quando a gente mais precisa de emprego.

E o presidente Bolsonaro criando problemas no *Twitter*. Acho que ele não faz outra coisa, partindo até para ofensas pessoais como partiu com a primeira-dama da França, esposa do presidente Macron. Coisa nunca vista antes no nosso país. Quem paga a conta? Pagam a conta os brasileiros, a maior parte dos brasileiros, 200 milhões de habitantes, que continuam com o desemprego aumentando, consequências

gravíssimas, a Amazônia pegando fogo e ele negando, brigando com a Alemanha, que ajudava, brigando com a Noruega, que ajudava, agora brigando com a França. E vemos as nossas Forças Armadas, com todo o respeito que nós temos... claro que têm que defender a soberania do nosso país, é claro que não vai haver nenhuma invasão no nosso país, mas as Forças Armadas, o próprio Bolsonaro há poucos dias dispensou os recrutas, porque não tem dinheiro nem para dar o almoço quanto mais... não sabemos, vamos pensar assim, se elas têm condições de defender este grande território brasileiro. Forças Armadas cujo submarino, há alguns anos, afundou no próprio porto por falta de investimentos de todos os outros governos, acho que só no Brasil acontece isso.

Então essa é a situação do país e o Bolsonaro falando cada dia mais loucuras. A maioria dessas queimadas deve-se à carta branca que ele, juntamente com sua equipe de destemperados, como o ministro do Meio Ambiente... ficaram do lado dos contraventores, dos madeireiros inescrupulosos querendo desmontar o Ibama, querendo desmontar o ICMBio, acusando até esse próprio instituto respeitado no mundo inteiro de ser o patrocinador das queimadas. Veja que loucura.

Esse é o triste retrato do Brasil. Manchetes internacionais todos os dias denegrindo mais a imagem, que já não era boa, do nosso país. É vergonhoso, é vergonhoso. E eu me pergunto, quando nós brasileiros ouvimos baterem as painelas esta semana, será que foram os mesmos que batiam as painelas quando a presidenta Dilma ou alguém falava, se dirigia às redes de televisão? Eu acredito que...

(O Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) essas painelas que foram... esses dias, em vários prédios do Brasil inteiro... devem ter sido as mesmas pessoas que hoje envergonhadamente colocaram esse louco... este é o diagnóstico: colocaram um louco para ser presidente de um país como nosso, como o Brasil. É o triste retrato da situação que nós vivemos, um ano já perdido em 2019.

E o problema...

(O Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Vou encerrar, Sr.^a Presidente. O pior é que a gente não vê perspectiva, porque ele não ouve, ele não ouve ninguém, ele não aceita, pelo menos as vozes mais moderadas, e aí nós não sabemos aonde vamos parar. É a triste realidade, senhores deputados.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr.^a Presidente, deputados, deputadas que se encontram aqui, demais cidadãos que nos acompanham.

Hoje irei usar o Grande Expediente também, mas inicialmente eu queria fazer aqui mais uma vez, e se necessário for farei outras vezes, farei uma queixa toda terça-feira e tenho certeza que os companheiros, deputado Rosemberg, deputado Targino, a

própria presidente que é secretária, neste momento exerce a presidência... sobre a Comissão de Saúde.

Já está se tornando uma vergonha para esta Casa a falta de uma Comissão de Saúde. Por mais uma vez, a Comissão de Saúde não abre. Eu sempre digo que os deputados e as deputadas, cada um tem o direito e sabe como levar o seu mandato, mas não existe... Eu digo uma coisa: não é razoável a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa só ter se reunido seis vezes durante este ano. E umas cinco eu acho que foram audiências públicas aprovadas.

Não é possível que eu venha aqui, deputado Rosemberg, Líder do Governo, deputado Targino, Líder da Oposição, e que a gente não consiga tomar uma medida contra isso. Uma coisa, deputado Rosemberg, que eu inclusive aqui... Já derrubei em sessões, fazendo parte de um... Usando o próprio Regimento, para que a gente possa chamar os deputados, trazer à discussão, como hoje. Derrubamos, na semana passada, a Comissão Conjunta. Mas, hoje, o governo se organizou, o deputado Rosemberg se organizou junto com seus deputados, e conseguimos realizar a sessão.

Mas não é razoável esta Casa pagar, porque existe um custo, deputada, existe um custo para aquela comissão funcionar, e a comissão simplesmente não funciona. Diferentemente da comissão da qual eu faço parte, da CCJ, nós conseguimos funcionar, abrir, com a presença inclusive sempre da maioria absoluta dos deputados e votar os projetos necessários, aqui, para esta Casa e para a nossa Bahia.

Fica o meu repúdio! Eu já falei algumas vezes com o presidente daqui da Assembleia, Nelson Leal. Tem que ser tomada uma posição! Ou então eu prefiro o seguinte: acaba! Vamos acabar com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa da Bahia, porque ela não abre, ela não se reúne, ela não funciona! E não é possível!

Nós só temos lá dois deputados de oposição, dois: eu, que sou o vice-presidente, e o deputado José de Arimateia. Seis deputados são do governo, a presidência é do governo, mas não quer trabalhar.

Existem temas extremamente importantes, que nós não precisamos trazer ao plenário, Adolfo Menezes. Ali é o palco da discussão, na Comissão de Saúde. Eu posso aqui – neste um minuto e meio que me resta –, falar sobre a Bahiafarma.

Há 4 anos, eu trouxe uma caixa de instrumental de próteses para que V. Ex.^{as} – V. Ex.^a deve lembrar disso –, demonstrando o que era prótese. Porque há 5 anos, a Bahiafarma ia produzir próteses, ia ser o maior produtor de próteses de joelho e de quadril. Nem faz, nem executa, eu digo o ato cirúrgico da prótese, quanto mais fazer.

Fui surpreendido, esta semana, com a demissão... Eu falei tantas vezes aqui sobre a Bahiafarma. Inicialmente, o secretário, junto com o presidente da Bahiafarma, chegava e dizia o seguinte: “Vamos agora à produção de kits para vender para o Brasil todo. Insulina, foi suspensa pela Anvisa. A Bahiafarma não vende mais insulina. E, agora, também já temos a suspensão dos kits de dengue...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) chikungunya, zika vírus, porque eram ruins, foram reprovados.

A Bahiafarma mete vergonha na Bahia, quando reprova... Vendia para Goiás, vendia para Minas, vendia para outros estados. O Ministério da Saúde comprando esses kits, e a gente passando vergonha por causa da Secretaria de Saúde...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que não ouviu lá atrás que tinha que fazer um planejamento melhor.

Arrancou – com sua tolerância – arrancou, pelo que eu tenho conhecimento, após uma explanação do seu presidente, que estava lá...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) estava no meio de uma apresentação – para concluir, com a sua tolerância de 30 segundos – arrancou e disse: “Venha cá”. Levou-o ao canto e disse assim: “Você está exonerado”. Ele voltou durante essa apresentação e disse: “Eu não falarei mais pela Bahiafarma porque fui exonerado”. Então, coisa graúda tem aí, e a gente precisa investigar. Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Ivana Bastos pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Boa tarde, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente. Eu gostaria hoje de registrar a alegria que nós vivemos ontem no município de Guanambi. Guanambi, que completa neste ano seu centenário.

E para nossa alegria, ontem foi lançada a pedra fundamental do Nasp. O Nasp é o Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes, através da FIP. A FIP é a Faculdade de Medicina de Guanambi. A faculdade chegou a Guanambi há mais ou menos uns 2 anos com o Programa Mais Médicos, e o Nasp será um hospital-escola, deputada Maria del Carmen, ali haverá cerca de 25 especialidades, onde na prática os estudantes vão poder aprender, e a população vai ser atendida. Não só a de Guanambi como a de toda aquela região, toda a região Sudoeste. A FIP tem a FIPMoc, em Montes Claros, onde eles atendem cerca de 1.000 a 1.500 pessoas/mês. É um trabalho de excelência que a população de Guanambi ganha, ganha a população de toda a região.

Além dos consultórios de atendimento, haverá postos de coleta, laboratório de análises clínicas e os mais modernos equipamentos. E será também oferecida aos acadêmicos a possibilidade de fazer residências médicas da saúde da família, clínica médica e pediatria, para que a população carente tenha um acompanhamento médico, podendo assim se prevenir de doenças e, com isso, ter uma melhor qualidade de vida.

Então, Guanambi recebe esse presente. Eu quero aqui registrar a nossa alegria à professora Fátima Turano, ao ex-ministro Dr. Walfrido Guia, que ali se encontrava. E dizer que toda a região... A previsão é de que em 2 anos o Nasp, o nosso hospital-escola, estará funcionando. Ganha Guanambi, ganha toda a região.

Registrar também... A gente chega aqui na segunda-feira para registrar as andanças do final de semana, em que muitos descansam. Mas nós, deputados, visitamos as bases, estamos num lugar, no outro. Eu tive a oportunidade de, no último domingo,

estar no município de Lençóis, onde participei da 1ª Cavalgada Ecológica da Chapada Diamantina. A região ali da Chapada Diamantina é uma região onde existe um deslumbramento natural, mas é uma região...

O Sr. Marquinho Viana: Eu sou o mais votado de lá.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Não, Marquinho, você não é o mais votado de lá. Lá, em Lençóis, é a deputada Ivana Bastos. Em Mucugê, em Seabra, Iraquara, é a deputada Ivana Bastos e, com muita honra, com muito prazer represento aquela terra e tenho uma gratidão muito grande por aquela região. E na Cavalgada da Chapada, através da liderança da nossa líder, da amiga Vanessa Sena, fizemos um desfile maravilhoso no Tanquinho, com mais de mil cavaleiros. De lá fomos para a Cachoeira da Fumaça, a Cachoeira do Mosquito, também tivemos no encerramento, um show do cantor Targino Gondim.

Então tudo isso... a Chapada defendendo a cavalgada, a Chapada que o nosso senador Otto Alencar tem tanto orgulho de falar e de fazer parte da Chapada Diamantina. Então foi um domingo assim muito especial para todos nós.

No último sábado, também estive no município de Palmas de Monte Alto. Palmas de Monte Alto fica mais ou menos a uns 30 quilômetros de Guanambi, onde nós inauguramos diversas obras no distrito de Pinga Fogo. Inauguramos...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) praça, inauguramos PSF, inauguramos a estrada, o acesso da BR-030 ao distrito, e eu quero aqui cumprimentar o prefeito Manoel Rubens e todo nosso grupo político pelo brilhante trabalho que tem feito no município de Palmas de Monte Alto e dizer do nosso compromisso, nosso orgulho de representar aquele município. Eu deixo ao povo de Palmas de Monte Alto o meu abraço, a minha gratidão, deixo meu agradecimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) a todos que fazem a FIP Guanambi, à professora Fátima Turano, ao diretor Dr. Rafael Gontijo, ao ex-ministro Dr. Walfrido, ao Dr. Elisiário, todos os amigos que escolheram Guanambi para que tivesse uma FIP, para que tivesse as faculdades integradas padrão GBI, Faculdade de Medicina na Bahia e em Guanambi.

Então, minha querida, fica a festa, fica o agradecimento, e vamos seguir em frente trabalhando e lutando cada vez mais.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra a deputada Olívia Santana. Peço a deputada Ivana Bastos que me substitua um pouco aqui na Mesa.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, colegas deputados, deputadas, saúdo também os estudantes que estão nas Galerias assistindo a esta sessão, e quero, presidenta... (palmas) Sejam bem-vindos e bem-vindas estudantes da Escola Municipal Vida Nova. Sejam bem-vindos e bem-vindas.

Sr.^a Presidente Ivana Bastos, eu quero aqui registrar uma notícia que considero muito importante. Eu que fui secretária do Trabalho, Emprego Renda e Esporte fiquei muito feliz de iniciarmos esta semana com a notícia da vitória do nosso Isaquias Queiroz, na canoagem. Nosso grande baiano da cidade de Ubaitaba, que garantiu a vaga para as Olimpíadas no mundial disputado, esse final de semana, na Hungria. Isaquias Queiroz cruzou a linha de chegada com a marca de 3min59seg. E foi o único concorrendo com outras figuras de referência, atletas de referência do mundo inteiro. Ele conseguiu essa grande façanha que foi arrebatrar a medalha de ouro no Mundial da Hungria.

Fica aqui, portanto, o nosso registro, o nosso abraço, ele que já tinha tentado quatro vezes e não tinha conseguido. Ficava sempre com a medalha de bronze. O mais longe foi a medalha de prata em 2018 e, dessa vez, ele conseguiu a medalha de ouro.

Quero também, Sr.^a Presidenta, registrar aqui esse dia de entregas. A manhã de hoje foi uma manhã de entregas do governador Rui Costa no município de Candeias. E eu estive lá também, mais cedo, testemunhando o alívio da população com a entrega do Capes, Centro de Atenção Psicossocial, e também do Creas, Centro de Referência Especializado em Assistência Social e da Academia de Saúde. Então hoje houve essa visita do governador lá no município de Candeias.

Eu quero mandar um abraço a Glória, a Genival, lideranças comunitárias que participaram desse momento que foi tão importante para a cidade. E dizer que todos nós que acreditamos na necessidade das políticas públicas que qualifiquem, que levem mais qualidade de vida à população – em cada cidade, em cada município baiano – queremos e vamos sempre continuar usando, não só esta tribuna, mas o nosso mandato de deputadas e de deputados, no sentido de buscar e levar para os municípios, as políticas públicas que nos ajudem, que ajudem o nosso povo.

Finalizo a minha fala, fazendo referência a esse fato lamentável, essa notícia que nós soubemos hoje. É muito triste, acho que o Ministério Público Federal está posto em xeque, assim como parte do Judiciário brasileiro. É um absurdo que procuradores celebrem a morte de dona Marisa Letícia. Quero dizer que, além desse processo fraudulento, sem provas, que aprisionou o presidente Lula, o presidente que mais fez, sim, pelo povo brasileiro e pelo povo nordestino. Nós que temos orgulho de sermos nordestinos e nordestinas... É muito ruim a gente ver esta notícia. Já sabíamos, mas agora vêm as provas de procuradores celebrando a morte de uma mulher, de uma cidadã brasileira. Fazendo, espezinhando uma pessoa que já estava por demais massacrada. Perder a liberdade é algo que deve ser terrível para uma pessoa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) principalmente se marcada pelo símbolo da injustiça. Então, fica aqui o nosso repúdio em relação a esses procuradores e procuradoras que precisam responder. Isso significa uma violação dos direitos humanos, exercendo uma função, na verdade, que deveria ser de proteção ao direito de cidadania.

Deputada Ivana Braga... Parlamentar não identificado: Bastos!

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Ivana Bastos! Deixe-me, realmente aqui, ...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) agora, fazer uma referência. E eu gostaria de contar com os colegas deputados e deputadas para 1 minuto de silêncio em memória do Sr. José Almir Simões Peixoto, fundador do restaurante Manjerição, figura destacada no município de Salvador, na capital baiana, um dos pioneiros na implantação da alimentação natural em Salvador e na Bahia. Ao lado de Lula, que já se foi também, fundador do restaurante Grão de Arroz, implantou uma experiência muito importante de alimentação natural que nós temos na cidade, no bairro do Rio Vermelho. E foi um lamento muito grande, esse final de semana, entre artistas, produtores culturais, ativistas, que frequentavam aquela instituição.

Então, eu peço o apoio da presidenta desta sessão para fazermos 1 minuto de silêncio em memória do Sr. José Almir Simões Peixoto, proprietário do restaurante Manjerição, que nos deixou, Líder Rosenberg.

Obrigada.

A Sr.a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Marquem o tempo aí de 1 minuto de silêncio.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.) (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Informamos a visita dos estudantes da Escola Municipal Vida Nova, de Lauro de Freitas. Agradecemos a presença.

(Palmas)

Com a palavra o deputado Tiago Correia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr.^a Presidente, boa tarde, é uma honra ser presidido por V. Ex.^a, nobres colegas, imprensa, alunos da Escola Vida Nova, sejam bem-vindos a esta Casa, todos que nos acompanham nesta sessão de terça-feira, mas, Sr.^a Presidente, o que me traz à tribuna esta tarde é para tratar da problemática da mosca-das-frutas.

Recentemente, na semana passada, estive no Vale do São Francisco reunido com produtores de frutas daquela região, na Valeexport, Associação dos Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco, debatendo questões acerca da produção, principalmente da problemática da mosca-das-frutas que ronda todo o Vale do São Francisco. Problemática essa que já inviabiliza exportações para os Estados Unidos. E, muito em breve, a União Europeia deverá também determinar protocolos para a exportação de frutas, exigindo o monitoramento da mosca-das-frutas, coisa que não acontece em todas as propriedades do Vale do São Francisco.

Sabemos que a Região do Vale do São Francisco, Sr.^a Presidente, é composta por municípios do estado da Bahia, do estado de Pernambuco, em especial Juazeiro, Curaçá, Sento Sé, Casa Nova, Sobradinho; do lado de Pernambuco, o município de Petrolina, sendo que a Bahia termina perdendo o protagonismo, muitas vezes pela organização dos pernambucanos. E nós não podemos ficar para trás.

A problemática, Sr.^a Presidente, diz respeito, como eu trouxe há pouco, o monitoramento que não acontece da mosca-das-frutas, moscas essas que infestam as produções, e as unidades produtoras que não realizam o monitoramento ficam

impedidas de exportar para alguns mercados. E a expectativa é que essas restrições aumentem cada vez mais.

Então, nós não podemos cuidar de um assunto tão importante, que gera mais de 240 mil empregos diretos na Região do Vale do São Francisco, a fruticultura, chegando a 1 milhão de empregos indiretos e movimentando mais de R\$ 1 bilhão por ano. É isso que a fruticultura movimenta, mostrando a pujança desse segmento, desse setor que precisa, sim, de políticas públicas que contribuam com a sua produção, sabendo que o não monitoramento da mosca-das-frutas vai afetar principalmente o pequeno produtor, porque quando o grande produtor não consegue exportar, presidente Alex, ele joga toda a sua produção no mercado interno, mercado interno esse que não comporta mais a produção de frutas. Então, o preço vai cair, vai sofrer o pequeno produtor, vai sofrer o médio produtor e vai sofrer o grande produtor.

Então, nós precisamos tratar da saúde das nossas lavouras. É preciso que o governo se posicione, que a agência de defesa, a Adab, também ajude e contribua com a produção de frutas do nosso estado da Bahia e do nosso Vale do São Francisco, e que ações conjuntas contribuam elaborando políticas públicas que possam garantir a manutenção de todos esses empregos no Vale do São Francisco, a manutenção e a geração de toda essa renda que torna o Vale do São Francisco a terceira maior região produtora de frutas do mundo, Sr. Presidente.

Então, é muito importante. Trago esse assunto para debate nesta Casa, e gostaria de contar com o apoio dos pares para juntos pensarmos em soluções que, de fato, resolvam o problema do monitoramento da mosca-das-frutas no Vale do São Francisco.

Gostaria de aproveitar o resto do tempo, Sr. Presidente, para saudar aqui o nosso amigo Fabrizzio Muller Martinez, superintendente da Transalvador, que faz aniversário hoje, destacando o belíssimo trabalho, presidente Alex, que ele vem fazendo à frente do órgão, trazendo Salvador para um novo conceito de transporte, inclusive atingindo metas mundiais muito antes dos prazos estabelecidos, como redução de acidentes, redução do número de multas, diminuindo ano a ano, em Salvador, os acidentes por vítimas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fatais.

Então, Fabrizzio está de parabéns não só pelo seu aniversário hoje, mas pelo tipo de trabalho que empreendendo à frente da Transalvador, servindo de exemplo para outros municípios que, inclusive, tem vindo à nossa cidade para copiar o exemplo que a Transalvador vem dando.

É isso que eu trago hoje, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zé Raimundo. Na ausência, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Marquinho Viana: Rapaz, eu vou falar na ausência dele.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Zé Raimundo não está ausente, deputado Marquinho! A ordem agora é o deputado Zé Raimundo. Ainda tem, deputado, 12 inscritos.

O Sr. Marquinho Viana: Eu sei disso, eu troquei com Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Hilton Coelho não está presente, deputado, ele não está presente! Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, eu tinha alguns assuntos para falar nesta sessão plenária, hoje, sobre a região, sobre as obras do nosso governador Rui Costa que, apesar da crise, continua trabalhando numa conjuntura desafiadora para os estados brasileiros. Mas eu queria abordar um aspecto que, ao meu ver, não foi ainda percebido de forma mais clara, sem nenhuma vaidade de raciocínio, aqui no Brasil.

É que na medida em que o presidente da República se recusa a ser um estadista diante de uma Federação, são 27 estados, e, mesmo nos limites legais, constitucionais, os estados brasileiros estão procurando alternativas jurídicas e institucionais para fazer aquilo, para fazer... eu diria, para dar um norte ao país, que é o objetivo central da Presidência da República. Ora, no estado federado, nós sabemos que a União é o carro-chefe da organização política nacional. A Federação tem enormes responsabilidades, e o poder local cuida do cotidiano.

No Brasil já houve um período histórico em que a Federação podia até emitir moeda, podia até fazer câmbio na Primeira República, em alguns momentos. Getúlio Vargas, ao assumir o processo revolucionário, centralizou o país, criou mecanismos e as instituições nacionais para que nós pudéssemos superar o poder local, o mandonismo local. Por exemplo: aqui na Bahia, em 1922, o coronel Horácio de Matos assinou um tratado com o Exército Brasileiro, com o ministro da Guerra, que teve validade legal, tal era a dispersão, tal era a fragmentação política do nosso Brasil.

E, a partir da década de 30, Vargas vai centralizando, isso aumenta nos anos seguintes, na Ditadura Militar. Redemocratizamos, mas o princípio central do estado Brasileiro continua válido. Mas na medida em que um presidente da República da 6^a, da 5^a, da 7^a, 8^a potência do mundo, a depender do momento histórico, a depender das conjunturas... chegamos a ser a 6^a potência mundial, o presidente vai brincar com a mulher dos outros, vai fazer fofoca com a primeira-dama da França! Vai se meter, com todo o respeito aos botequins, em conversa de botequim! A fofoca de baba, de depois da baba, aquelas conversas... Isso não é bom para a imagem do Brasil. E, mais do que isso, começa o presidente da República a fragmentar a unidade nacional. Os governadores do Nordeste criaram um consórcio para responder a esse esvaziamento. E agora a Amazônia Legal. Os estados da Amazônia Legal estão dizendo que vão negociar o financiamento diretamente com a Europa, porque o presidente da República não quer. Aonde é que vamos parar?

A função do chefe de Estado é conduzir a nação para um norte, para uma linha, para os seus grandes desafios. E o presidente fica no Twitter igual a torcedor do Bahia

no dia que ganha, igual a torcedor do Vitória no dia que perde, igual a torcedor do Flamengo que fica com a cabeça doendo ou torcedor do Corinthians, do Palmeiras...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não pode. Um estadista tem que estar com sua cabeça no travesseiro, calma, pensando, ouvindo, dialogando com as evidências do mundo, para orientar o seu país, a sua nação neste momento desafiador do mundo. Um mundo com novas tecnologias, com tantas revoluções, e o presidente fica fazendo a barba, cortando o cabelo, e o representante de uma potência...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) como é a França, do lado. Infelizmente, meu querido Bobô...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) estamos diante de uma nação como se fosse um baba sem técnico e sem capitão, porque ele se diz capitão, mas não está dirigindo um time. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: 10 minutos, Excelência. Art. 33, Inciso I.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido. Comunicação Inadiável de Líder. Por 10 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, das galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*. (Lê) “O governador Rui Costa tem uma predileção quase que patológica pelas PPPs - Parcerias Público Privadas. Aqui desta tribuna já ataquei a PPP da Arena Fonte Nova. Já demonstrei os riscos de uma PPP que está sendo gestada para a Ponte Salvador-Itaparica. Em momento oportuno vou tentar dissecar a PPP do Sistema Metroviário de Salvador e a PPP do Hospital do Subúrbio. Uma coisa é fato: os modelos adotados não se revelaram convenientes, do ponto de vista da economicidade. Ocorre, Srs. Deputados, que o modelo petista de governar, com ênfase nas PPPs, tem feito escola, contaminando outras administrações no estado da Bahia. É o caso de Feira de Santana, que em 2014 aprovou uma PPP para a construção de um centro popular de vendas que visa relocar os ambulantes e artesãos da cidade, atualmente alojados no centro da Princesa do Sertão. Parece um projeto inocente e útil, mas não é a realidade.

Em 2014, o Legislativo Municipal de Feira de Santana, a Câmara de Vereadores, aprovou uma lei autorizando o prefeito municipal a ceder uma área de 30 mil metros quadrados, pertencente ao Centro de Abastecimento da Cidade de Feira de Santana, ao consórcio vencedor da licitação. Segundo informações colhidas, uma empresa pertencente aos chineses, que são liderados por um tal de Elias Tergilene.

Além da doação de área, que é patrimônio cultural da população feirense, onde funcionava um teatro de arena, onde também funcionava o Pavilhão de Artesanato e a Capela de Santa Bárbara, que foram todos destruídos, o município de Feira de Santana,

inexplicavelmente, com autorização da Câmara Municipal, ainda deu aos chineses, Sr. Presidente Alex Lima, a cifra de R\$ 13 milhões já pagos, já integralizados.

Com a doação de área valiosa de 30 mil metros quadrados, mais os R\$ 13 milhões já pagos pela prefeitura, imaginava-se que o chamado Shopping Popular ou o novo Centro Popular de Vendas, como também é chamado, que ali seria construído, seria realmente uma construção popular para resolver o problema dos artesãos e ambulantes ora mal alojados no centro da cidade. Ledo engano. Os chineses estão com a faca amolada a cravar no peito dos feirenses, sem dó e sem piedade dos feirenses.

E as autoridades, notadamente aquelas do Executivo feirense, estão caladas, silentes, como que em verdadeira combinação, conluio com os chineses, conluio binacional: Brasil-China.

Aquele Centro de Abastecimento, maior entreposto comercial do Norte e Nordeste do país, foi construído na década de 1970 pelo ex-prefeito Zé Falcão, em convênio com o governo federal. Os políticos atuais já o destruíram, entregando-o aos chineses. Os camelôs/ambulantes, artesãos estão a fazer protesto na cidade, mas quem tem que resolver o problema gerado para os patrícios feirenses é o prefeito Colbert Martins, não os chineses.

Enfim, esses últimos vieram para Feira de Santana ganhar dinheiro e estão a ganhar muito. Senhores da imprensa, soube através de depoimento de ambulantes que os chineses estão cobrando valores extorsivos pelos boxes que deveriam ser populares, com preços populares, até porque subsidiados pela prefeitura, em terreno da prefeitura e com R\$ 13 milhões na conta bancária dos chineses.

Para não denunciar sem provas, pedi a um conhecido corretor da cidade para fazer uma visita ao Shopping Popular e me trazer um orçamento para o aluguel de dois espaços, um com 30 metros quadrados e o outro com 100 metros quadrados. Recebi os orçamentos que quero agora revelar aqui desta tribuna.”

Observem, estamos falando de um shopping popular, mas os senhores vão imaginar que esses terrenos, pelo valor do orçamento, são terrenos na Vieira Souto, no Rio de Janeiro.

A área, Srs. Jornalistas, Srs. Deputados, de 30 metros quadrados, ou seja, sobre uma área de 30 metros quadrados, me foram passados os seguintes valores: a título de luva, R\$ 6,5 mil por metro quadrado, que dá a bagatela de R\$ 195 mil. Alguém tem que integralizar para fazer o aluguel daquela área.

O aluguel mensal será de R\$ 120 por metro quadrado, mais R\$ 3,6 mil por mês; o condomínio será de R\$ 25 por metro quadrado, ou seja, mais R\$ 750 por mês; a taxa de propaganda será de 5% sobre o condomínio, mais R\$ 37,50. Com esses R\$ 195 mil dá para comprar, tranquilamente, um apartamento de três quartos em Feira de Santana.

Mas vamos para a área de 100 metros quadrados, para a gente observar que embaixo desse angu ou tem carne ou é necessária muita explicação do poder público municipal. Na área de 100 metros quadrados, os chineses – que são os ganhadores, os vencedores da PPP – pediram, a título de luva, R\$ 6,5 mil por metro quadrado, ou seja, R\$ 650 mil de luva numa área de apenas 100 metros quadrados.

Recebi, num posto de gasolina, a proposta da Drogasil para me alugar 120 metros quadrados para colocar uma farmácia. Querem me pagar R\$ 17,5 mil e já estou achando um preço maravilhoso.

Aqui, 100 metros quadrados é R\$ 650 mil de luva, mais um aluguel mensal de R\$ 12 mil, mais um condomínio maior do que o da maioria das casas e dos apartamentos em que moramos, R\$ 2,5 mil de condomínio, mais R\$ 125 de taxa de propaganda.

Eu venho aqui perguntar aos Srs. Deputados: onde está o Ministério Público de Feira de Santana? Este...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) país, este estado é um estado sem leis? Em ambos os casos, tanto da área de 30 metros quadrados como da área de 100 metros quadrados, é um absurdo. Estão cobrando dos ambulantes mais de R\$ 500 por mês por cada 3 metros quadrados, essa é a realidade.

Isso é o que eu queria, Sr. Presidente, trazer para o conhecimento de todos e...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dizer: isso me parece que tem coisa errada. Precisamos apurar isso.

Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Grande Expediente.

Concedo a palavra, pelo tempo de 25 minutos, ao deputado Alan Sanches, meu querido amigo. Hoje estarei ligado, ouvindo o competente vereador Duda Sanches, que inicia uma roda de debates com meu grande amigo Rodrigo Hita. Queria parabenizar V. Ex.^a pelo filho que tem, pelo mandato que desempenha.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, presidente. Tenho certeza de que suas palavras elogiosas não são apenas por ser um amigo de toda a minha família, mas também pelo reconhecimento de que Duda Sanches tem feito um grande trabalho na vereança de Salvador. Mas agradeço como pai, como tutor, como uma pessoa que ama o filho, agradeço pelas suas palavras.

Bem, amigos e amigas, queridas e queridos deputados e demais pessoas que nos acompanham. Hoje começamos a falar – mais ainda depois da comissão conjunta, presidida pelo deputado Zé Raimundo – sobre esse empréstimo encaminhado para a Assembleia. O que queria dizer, inicialmente, é o que falta ao governo do estado. Não é que a gente fique: não pode ou pode tomar empréstimo. Falta um planejamento. Porque eu tenho aqui, deputado Alex Lima... Fui fazer um pequeno retrospecto para esta Casa do que já foi feito, em pouco tempo, de empréstimo. Consegui recolher algumas notas que começam assim: a Bahia tem nota rebaixada e perde a garantia da União de pegar empréstimos.

O deputado Rosemberg, quando chegou mais cedo lá na Comissão, se arvorou em defender, dizendo que não era isso, que o entendimento era diferente. O próprio deputado Alex Lima disse que isso era uma perseguição do governo Bolsonaro, do governo Temer – que inclusive eles que colocaram lá, quando o escolheram para fazer a chapa com Dilma, na época –, dizendo que era uma perseguição.

Na verdade, não existe um tratamento diferenciado para a Bahia. O tratamento é igualitário para todos os estados. A Secretaria do Tesouro Nacional faz uma avaliação de débito, de receita, do que tem aquele estado e emite uma nota A, B, C ou D. É uma nota conceitual, na qual os estados classificados nas categorias A e B poderão contrair empréstimo com a fiança da União, ou seja, o fiador será a União. Se estiverem na categoria C ou D, não terão o aval do governo federal para contrair o empréstimo. Com isso, é igual a um cidadão comum. Quando o cidadão vai contrair um empréstimo, se ele tiver um fiador, uma forma para garantir aquele empréstimo, ele terá uma taxa menor. Mas se ele não tiver, ou não vai conseguir aquele empréstimo ou terá uma taxa de juros bem mais alta.

Iniciando essa conversa, digo que a Oposição teve habilidade – e isso é inegável – e trabalho para demonstrar à sociedade que o estado da Bahia não está bem das pernas, passa por uma situação econômica extremamente preocupante. Na eleição passada, dizia-se que o governador do estado era um excelente gestor. E agora, em agosto, quando é descortinado como está o cadastro do estado da Bahia na Capag? Caiu, gente, foi desmascarado. As finanças do estado estão de mal a pior. E isso não é um achismo, como gosto de dizer. Isso é uma verdade, porque contra fatos não há argumentos. E com a demonstração que a Secretaria do Tesouro Nacional pública em seus relatórios, não tem nem como o próprio deputado Líder do Governo questionar. A Bahia entrou na lista dos estados que são considerados pela Secretaria do Tesouro Nacional como incapazes de honrar dívidas contratadas. Isso porque a sua nota de capacidade de pagamento, Capag, foi rebaixada de B para C. Com isso, o estado da Bahia não poderá ter empréstimos que necessitem da garantia da União, como falei anteriormente.

A informação foi divulgada no último Relatório de Acompanhamento Fiscal - RAF, publicado no mês passado pela Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado. Então, conforme o deputado Alex Lima falou hoje na reunião das Comissões Conjuntas, não é só um aparelhamento – como o PT gostava de fazer – de uma Secretaria do Tesouro Nacional. É um órgão independente, ligado ao Senado da República, onde estão senadores de várias colorações partidárias.

De acordo com essa publicação do Senado Federal, as garantias concedidas pela União, em operações de crédito externo e tal... E aí ele sai falando essas coisas. Esses entes federados e entidades da administração indireta dos três níveis de governo que têm nota A e B... Nós comentamos isso.

O que é importante trazer para a discussão desta Casa, que hoje terá um debate importante para aprovação ou não desse empréstimo de US\$ 40 milhões, é justamente o que eu quero tentar colocar na cabeça, abrir os horizontes, para que pelo menos os deputados e deputadas façam uma avaliação isenta. Como tenho dito, o governo do estado está no Serasa, está no cadastro negativo dos estados. Será que temos que dar

mais uma vez o aval para mais dinheiro? Senhoras e senhores, no foi final de 2017 o governador Rui Costa anunciava na imprensa que havia conseguido a liberação de R\$ 600 milhões, pelo Banco do Brasil. Esse dinheiro era para fazer diversas coisas: investimento na cidade, investimento em todos os municípios, estradas, tudo. E o que aconteceu com esses R\$ 600 milhões?

Agora, o estado mais uma vez pede algo em torno de R\$ 140 milhões e diz, fazendo esse parêntese, que esse recurso é justamente, deputado Vitor Bonfim, para tirar a Bahia do cadastro sujo em que já estava em 2017. Esse rebaixamento não foi agora, não. O nosso Estado recebeu a nota C em 2017; em 2018, continuou com nota C; em 2019, mais ainda.

Mas por que será que ele não fez o dever de casa? Não fez o dever de casa porque precisava fazer política. Em 2018 poderia ter feito isso com esses R\$ 600 milhões; não fez porque não quis. Tem mais, a Assembleia aprovou também R\$ 266 milhões para a Embasa, em abril deste ano. Esta Casa aprovou que a Embasa pudesse contratar R\$ 266 milhões! E o que foi feito com esse dinheiro? Nenhum deputado aqui sabe, porque, a partir do momento em que esta Casa autoriza, é encaminhado um cheque em branco para que o governo do estado possa gastar da forma que achar mais conveniente.

Fazendo mais uma pesquisa, verifiquei que esta Assembleia também aprovou, em março de 2016, R\$ 2,3 bilhões para que o governo do estado pudesse, segundo ele, investir na mobilidade, investir no social. Falamos aqui de R\$ 2,3 bilhões! E o que foi feito? Esta Casa também não sabe, porque, a partir do momento em que autoriza, ela não tem mais como fazer essa fiscalização.

Senhoras e senhores, diante de tantos milhões que já foram liberados e autorizados por esta Casa, nós poderíamos questionar não somente esses US\$ 40 milhões – ou R\$ 160 milhões –, mas também todos esses outros recursos que já autorizamos.

Eu também queria chamar a atenção de V. Ex.^{as} para uma coisa: a 165 quilômetros daqui temos um município que se chama Conceição do Almeida. Quem anda por ali, e também por São Filipe, já vem sofrendo há anos, são mais de 6 anos que a gente passa por lá. O deputado Niltinho, que também representa aquela região, sabe o sacrifício que é para chegar.

Pois bem, foi autorizado um projeto, deputado Niltinho, com ciclovias, com asfalto grosso, com drenagem, etc. Cheguem a Conceição agora! Eles fizeram um pedaço – que não tem ciclovias alguma ali – de Conceição do Almeida até São Felipe. Mas a chegada da BR-101 até a entrada lateral de Conceição do Almeida está simplesmente um desastre. Um desastre! E esta Casa liberou, para a infraestrutura, mais de R\$ 2,3 bilhões. Por que o governo não faz essa obra?

O que eu escuto nos bastidores, inclusive dos deputados de governo, é que o estado está quebrado, por isso não adianta ele prometer que vai dar ordem de serviço. Façam um levantamento, senhoras e senhores, quantas ordens de serviço o governo do estado já deu e como estão essas obras? Eu acho que está na hora, deputado Targino, deputado Luciano, de começarmos novamente a fiscalizar essas obras inacabadas e interrompidas.

A população de Conceição do Almeida pede socorro aos senadores da Bahia e clama ao governo do estado para que cumpra a sua palavra e realize a pavimentação daquela estrada tão importante para São Felipe, para Conceição do Almeida e para todas as pessoas que precisam transitar ali.

Mas a mentira perversa, a venda de sonhos do governo do estado faz com que, em ano eleitoral, ele leve essa mensagem. Mas quando chega a hora de cumprir, quem sofre é a população de Conceição do Almeida e de São Felipe, que fica esperando aquele grande projeto, aquele projeto maravilhoso de pavimentação, de iluminação, de ciclovias.

O que falta ao governo do estado não é dinheiro, é gestão. Falei anteriormente que parece que o dinheiro é capim: é jogado no ralo. Alguns anos atrás, estivemos aqui mostrando alguns problemas da Bahiafarma. Entre todas as instituições do governo do estado, a pior delas, a que vende mais sonhos talvez seja a Bahiafarma.

Apresentei desta tribuna um demonstrativo relativo a órteses e próteses de joelho e de quadril. Fiz isso porque a Bahiafarma – que gastou muito para levar o seu secretário à Itália, foi página de jornal – informou que estava no laboratório de uma empresa italiana em busca de tecnologia para fazer com que a Bahia que se tornasse a maior produtora de prótese de joelho e de quadril. Pois bem, 5 anos já se foram e nem uma cabeça de prótese foi produzida aqui pelo governo da Bahia, pela secretaria da Saúde nem tão pouco pela Bahiafarma.

Em outra oportunidade, cobrei transparência na Bahiafarma, mas se dizia que o seu presidente era o homem mais preparado e que tinha a confiança total do secretário da Saúde.

Meses atrás, trouxe a seguinte informação – não era uma denúncia, mas uma informação – do Tribunal de Contas da União: “TCU apura irregularidades em parcerias para produção de insulina aqui no Brasil...” – são as famosas PDPs – e diz que as PDPs são infrutíferas, afirma o próprio procurador do TCU. Empresas negam irregularidades”. Uma coisa é dizer que o deputado da Oposição está falando algo porque é oposição, mas essa informação é do Tribunal de Contas da União.

A Bahiafarma começa a fazer a transferência de tecnologia e tem 5 anos para fazer a produção daquela medicação. Então ela começa a comprar tecnologia em outro país e inicia, gradativamente, com um plano cronológico, a fazer essa transferência de tecnologia, de conhecimento para num prazo, repito, de até de 5 anos estar produzindo, definitivamente, o produto – medicação, prótese, kit para controle de zika, de chikungunya, enfim, o que fosse. Num prazo de 5 anos eles deveriam estar fazendo isso, mas não o fizeram e tentaram ludibriar o Ministério da Saúde. Eles compravam por certo valor na Ucrânia, fingiam que estavam fazendo a transferência de tecnologia – não sou eu quem diz isso; está no Tribunal de Contas da União com relatos do próprio Ministério Público – e diziam que era mais barato e melhor para o Ministério da Saúde. Durante esse tempo o Ministério da Saúde comprou.

E o que aconteceu? A suspensão dos dezenove remédios – as medicações – é recomendada pela CGU e pelo TCU, diz o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde acabou tendo de fazer essa intervenção e dizer o seguinte: “Isso está irregular. Não é

possível que um laboratório oficial, um laboratório do governo do estado tente ludibriar o Ministério da Saúde”. E assim foi suspensa a produção desses medicamentos, entre eles a insulina.

Tempos atrás, outra medicação também foi suspensa pelo Ministério da Saúde. Foi a primeira medicação produzida pela Bahiafarma, a cabergolina, que estava nesse meio e foi quem conseguiu, inicialmente, botar a Bahiafarma para funcionar.

Mas existe um tempo cronológico dentro do qual deveria ter sido realizado, e isso não foi feito. Para quem vai esse prejuízo? Para o governo do estado, que investiu milhões e milhões de reais, milhões e milhões em viagens de seus dirigentes, em viagens de secretários de Estado. Para quê? Para agora trazer esse prejuízo milionário para a Bahia.

Mas não para por aí, senhoras e senhores. Repito, o que falta é planejamento, não é recurso. Em vez de ter inteligência, de ter criatividade, é muito mais fácil o governo do estado pedir um empréstimo. Passa um rolo compressor, com seus deputados e deputadas, por cima da Oposição e diz o seguinte: “Eu vou aprovar esse empréstimo, porque é muito melhor do que eu pegar a minha equipe e botar para pensar e usar a sua criatividade.”

Então é assim que o governo do estado está agindo, é assim que o governo do estado pensa em melhorar a saúde dos baianos.

Quando eu falo que falta planejamento – não é dinheiro o que falta –, há um ano e meio, há um ano e meio, dois anos, o Brasil, não só a nossa Bahia, passou por uma epidemia de dengue, de chikungunya, de zika – inclusive foi quando se chamou muito a atenção para os casos de microcefalia. E com isso o que é que aconteceu? A Bahiafarma iniciou um processo para tentar produzir e disse: “Agora...”.

Isso foi noticiado por vocês da imprensa, saiu em todos os jornais, em todos os blogs, porque era um grande feito. A Bahia fazendo, produzindo seus testes rápidos. O teste rápido desses kits é o seguinte: a pessoa tem uma suspeita de uma virose – que pode ser zika, pode ser chikungunya, pode ser dengue, alguma coisa assim –, então, o médico, além de saber os sintomas e sinais que a doença traz, vai fazer – porque essas viroses são muito parecidas – um teste rápido.

A Bahiafarma, através principalmente do seu secretário, anunciou que a Bahia agora estava produzindo e vendendo. E foi verdade, foi verdade! A Bahia produziu, a Bahia vendeu para o Ministério da Saúde milhares de kits para detectar dengue, zika e chikungunya. Mas o que aconteceu com isso? A Bahiafarma e o governo do estado fizeram com que no cenário da medicina, no cenário científico, no cenário brasileiro, colocassem a vergonha, que nós passássemos vergonha perante os outros estados.

E tem aqui a notícia: (Lê) “*Anvisa suspende testes rápidos da Bahiafarma para dengue e outras três doenças.*”

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a suspensão do uso de testes rápidos para diagnóstico de dengue, chikungunya, zika e febre amarela produzidos pela Bahiafarma”. A Agência Nacional de Vigilância suspendeu, suspendeu a Bahiafarma.

Esses kits eram comprados (Lê) “(...) pelo Ministério da Saúde para serem distribuídos na rede pública, os testes tiveram a sua qualidade reprovada...”, reprovada após serem analisados pela Agência de Vigilância Sanitária.

(Lê) “O ministro da Saúde, o Luiz Henrique Mandetta, afirmou que a pasta irá pedir o reembolso...”, vai pedir o dinheiro de volta, vai pedir o dinheiro de volta “(...) dos recursos usados para a compra dos produtos reprovados.”

A Bahia vendeu gato por lebre, e agora o Ministério da Saúde vai querer o dinheiro de volta. Mas é uma bagatela, é uma pequena bagatela que o Ministério da Saúde vai pedir. Inicialmente ele quer, com a sua tolerância, deputado Rosemberg, 6,5 milhões. Vendeu gato por lebre, que não servia para nada, um kit fantasioso, e o que aconteceu? O Ministério da Saúde, após reclamação de estados como Goiás, disse: “Esse teste é mentiroso, porque o meu paciente está com todos os sinais e sintomas que ele tem dengue, e o teste está dando falso negativo. Então eu não posso confiar nesse teste baiano, esse teste que foi produzido pelo governo do estado”. Isso é uma vergonha nacional que nós estamos passando.

(Lê) “Nesta semana, a agência se preparava para revisar novos testes, justamente para avaliar a qualidade do produto da Bahiafarma. Descontente com o fato de que a Anvisa havia coletado...”, e aí vai, ali vai, ali vai. O que eu quero dizer é que não é possível, não é possível que o governo do estado não tomasse uma medida. Tudo o que eu falei aqui, deputados e deputadas, não foi absolutamente nada do que eu acho. Isso não é opinião. Isso são determinações do Ministério da Saúde que aconteceram e que acontecem. Essa semana culminou com a demissão...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do presidente da Bahiafarma, o Sr. Ronaldo.

Eu acho que esta Casa... E eu terei a obrigação de investigar os reais acontecimentos e o prejuízo, o prejuízo que a Bahiafarma está trazendo e trouxe para os baianos. Agora, me respondam vocês, deputados do governo: o que a Bahiafarma vai produzir, se tantas medicações e tanto investimento foram suspenso, inclusive esses kits?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a palavra, o estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É uma comunicação inadiável.

Sr. Presidente, acabamos de firmar algumas combinações e eu queria deixar comunicado aqui e oficializado. Primeiro, em função da reunião conjunta hoje nas comissões, nós apreciamos dois projetos de iniciativa do Executivo. Esses projetos, para estarem na Ordem do Dia, precisam da publicação e, obviamente, tem um período regimental de 48 horas, que V. Ex.^a conhece mais do que eu, que é um regimentalista

nato. Então nós não teríamos condições de apreciar esses dois projetos se não fosse por dispensa de formalidade. Por conta disso, esses projetos, após a sua divulgação, serão apreciados na sessão da próxima semana.

Há uma solicitação dos diversos deputados para que possamos apreciar alguns projetos, inclusive que já passaram na Comissão de Constituição e Justiça ou em outras comissões. Nós conversamos aqui agora e, amanhã, às 11 horas da manhã, teremos uma reunião entre os líderes da Maioria e da Minoria, líderes e vice-líderes, para que nós possamos encontrar uma forma e um critério para que a gente possa trazer aqui para Casa, quem sabe até na sessão de amanhã, para que a gente possa votar alguns projetos de iniciativa dos deputados, atendendo a um clamor do deputado Paulo Câmara – que, hoje, na comissão, fez uma fala eloquente, contundente, com propriedade, como ele está dizendo aqui –, da deputada Fabíola e do deputado Roberto Carlos, aqui do lado, que, para além do Juazeirense, é também um estimulador de projetos de iniciativa de deputados.

Então, amanhã, às 11 horas, iremos apreciar aqueles que já têm um parecer de constitucionalidade e, obviamente, alguns projetos que possam ter, da parte tanto...

O Sr. Roberto Carlos: Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) da Minoria como da Maioria, as dispensas de formalidades para que a gente possa apreciá-los nas próximas sessões.

Então, eu queria deixar esse comunicado, essas informações, aqui, que hoje não se teria condições de apreciar nem os projetos de iniciativa do Executivo e nem os de deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pois não, deputado. Questão de ordem do deputado Roberto Carlos.

O Sr. Roberto Carlos: Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V. Ex.^a pela condução dos trabalhos, mas gostaria de parabenizar o deputado Rosemberg Pinto, líder do Governo, e o deputado Targino Machado, líder da Minoria, por esse entendimento. Eu tenho 16 anos e 8 meses, aqui, neste Parlamento, Sr. Presidente, mas todas as vezes, todos os anos, o que mais a gente ouve é que a Casa combinou com os deputados, o líder do Governo e o líder da Oposição combinaram e vão votar projetos oriundos de deputados estaduais. E até então a gente vê muito pouca coisa. Agora, com esse sentimento novo dos deputados Rosemberg, líder do Governo, e Targino Machado, líder da Oposição, poderemos ter votados esses projetos oriundos de deputados estaduais. Inclusive, quero sugerir aos dois líderes que qualquer projeto, depois de 15 dias, tenha habilidade para ser votado na forma que dispensa as formalidades, possa ser votado qualquer um projeto aqui dentro. Claro, desde que seja constitucional. E eu apelo, aí, Sr. Presidente, para que o máximo possível a gente consiga votar, realmente, os projetos dos deputados estaduais. Muito obrigado.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Ouvi atentamente a fala do deputado Rosemberg e, de igual modo, do deputado Roberto Carlos: há controvérsias! O deputado líder insiste que os projetos precisam ser primeiros votados na Comissão de Constituição e Justiça; o deputado Roberto Carlos fala que os projetos precisam estar enquadrados dentro do princípio da constitucionalidade; e eu quero dizer que não é essa a interpretação que está no Regimento. O Regimento da Casa diz, exatamente, que: passado o prazo de emendas na Comissão de Constituição e Justiça, 15 dias após, se ele não foi apreciado e votado, por iniciativa de qualquer deputado, esse projeto poderá vir para Ordem do Dia.

Foi nessa cancela que eu abri aqui, deputado Roberto Carlos, que eu trouxe de vez 10 projetos meus para a Ordem do Dia que estão aí. Se eles não foram apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça, problema da Comissão da Constituição e Justiça. Superior à Comissão de Constituição e Justiça é o Plenário desta Casa, que é a instância a quem cabe, em última instância, julgar tudo, inclusive derrubar os pareceres das comissões. Então, quem pode o mais pode o menos.

Outra coisa que eu quero deixar claro para o Líder, deputado Rosemberg: nós precisamos ter clareza com os papéis. O papel desta Casa é analisar e aprovar ou não os projetos, sem preocupação com o que o Executivo vai fazer com esses projetos, porque essa é uma preocupação para o governador, para a Procuradoria-Geral do estado; porque o que foi aprovado aqui, deputado presidente, nós aprovamos, mas não há compromisso com S. Ex.^a, o governador, sancionar. O papel dele é ou sancionar, ou vetar. O nosso papel é inclusive apreciar o veto de S. Ex.^a, o governador. Agora, se ficarmos nesse blá-blá-blá, nessa conversa, nós vamos passar o ano, de novo, deputado Roberto Carlos, sem votar os projetos. Embora já tenhamos conseguido avanços nessa legislatura, eu não estou satisfeito com esses avanços, precisamos avançar mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Alex Lima, que preside esta sessão, o deputado Rosemberg até se arvorou neste momento, para que fosse votado esse empréstimo, mas eu acho que ninguém, em sã consciência, jamais poderia fazer um acordo quando todos nós somos contra à liberação, autorização de um empréstimo pelo governo do estado.

Então, usando o Regimento, a gente espera que seja publicado esse parecer que foi dado hoje, lá na Comissão Conjunta, para que após o período regimental, ele possa trazer ao plenário, para apreciação dos deputados.

Eu acho que, em momento nenhum, ninguém ventilou a possibilidade menor sequer, minúscula sequer de um acordo para aprovação de empréstimo de governo do estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Alex Lima): Horário da Representações Partidárias. Concedo a palavra ao representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra, pelo tempo de 2 minutos, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, pessoas da imprensa que nos acompanham aqui, principalmente você, que assiste à *TV ALBA*, quero registrar a presença dos trabalhadores dos Correios, o Sincotelba, aqui presente nas Galerias da Casa com a faixa: “Diga não à privatização dos Correios”. Correios é patrimônio nacional. Parece muito importante destacar a presença do sindicato dos Correios aqui, porque eles vêm, deputada Fabíola, num processo de estímulo à organização dos movimentos sociais contra um verdadeiro desmonte que o presidente Jair Bolsonaro pretende fazer à própria máquina do Estado brasileiro, a privatização de todas as nossas estatais, que significa que nós não teremos mais qualquer instrumento significativo para afirmação de um projeto nacional. É muito sério o que está acontecendo, está se dando como uma agenda desse governo, que é um governo claramente colonial, imperialista.

Então, parabéns ao sindicato dos Correios. Quero dizer que nós estamos juntos pela criação da Frente em Defesa das Estatais, aqui na Assembleia Legislativa.

Mas ocupo esta tribuna, e tenho que falar em apenas alguns segundos, porque, em 3 de abril de 2019, nós demos entrada aqui nesta Casa, fizemos um requerimento, aliás, da criação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Planserv. É a CPI do Planserv, deputado Alan Sanches, que já fez referência várias vezes aqui à situação do Planserv, que todos nós conhecemos do final no ano passado, que o governo aumentou inclusive o desconto dos trabalhadores e das trabalhadoras servidores públicos. De lá para cá, a crise do Planserv só fez aumentar.

Eu quero aqui, só para destacar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Sr. Presidente, e concluir que o Planserv conta com mais de 525 mil vidas que têm o seu salário descontado, o seu contra-cheque descontado mensalmente. Portanto, recurso líquido, e não existe justificativa senão possíveis movimentações sombrias que estejam acontecendo com esse plano de saúde dos servidores do estado, que, portanto, merecem ser objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós estamos mais uma vez oferecendo a todos os deputados, sejam aqueles ligados a Base do Governo ou do bloco de Oposição, que queiram assinar, para nós investigarmos a situação do Planserv e darmos fim a essa situação de agonia em relação ao mínimo de respeito à assistência à saúde dos servidores e das servidoras do município.

O requerimento está aqui. O deputado Alan Sanches já está assinando,...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e eu peço a assinatura de todos os pares aqui, para que a gente possa fazer essa investigação tão importante para a vida dos servidores e das servidoras, e eu acredito, nesse sentido também, para o povo da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, o tempo da representação será utilizado pelo deputado Marquinho Viana, por 5 minutos, e pelo deputado Marcelino Galo, por 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, por 5 minutos, ao deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, eu venho a esta tribuna hoje para comunicar a todos e informar que, na última sexta-feira, entregamos em Aracatu uma emenda impositiva do deputado Sérgio Brito, dois equipamentos importantes para ajudar a população daquele município, que são uma perfuratriz, para perfurar poços artesianos, e um caminhão basculante. É um município muito seco, e o prefeito, com esse equipamento, irá ajudar muito a comunidade, perfurando poços artesianos para ajudar no combate à seca naquele município.

No sábado e domingo, estivemos em Barra da Estiva, a minha cidade natal, junto aos vereadores da Oposição e à ex-prefeita Dona Lúcia, por duas vezes, comemorando os 10 anos dos Amigos da Cavalgada, onde tivemos uma belíssima festa, na praça tivemos quase 10 mil pessoas para assistir ao show do grande cantor, vaqueiro, namorador Túlio Milionário.

Então, eu queria deixar registrado aqui que, neste dia 25, está também tramitando um projeto, de lei de autoria do nosso deputado Alex da Piatã, que cria o Dia do Vaqueiro, para ser comemorado no último domingo do mês de agosto de cada ano. E é justamente a data em que são comemoradas as cavalgadas em Barra da Estiva, nesse último domingo do mês de agosto de cada ano.

Eu queria aqui, ainda, nobre presidente, deixar registrado nos Anais desta Casa que ontem foi o aniversário de emancipação política do município de Ituaçu, completando 122 anos de emancipação política e de existência do município. Um município com uma população que muito trabalha, de lá já saíram diversos artistas, como é o caso de Moraes Moreira e do nosso amigo Gilberto Gil, que saiu de lá para Vitória da Conquista com apenas 4 ou 5 anos de idade. Então, é um município que, nas minhas eleições, vem votando comigo. E eu, sendo o deputado mais votado naquele município por duas vezes, quase 5 mil votos do município. Então, lavamos muitas obras. Agora, recentemente, o governador vai dar ordem de serviço para um sistema de água que vai atender mais de duas mil pessoas, uma obra de 6 milhões, 640 mil reais, tirando água da Barragem de Cristalândia. Então, a licitação já está concluída, já tem empresa ganhadora, e estamos aguardando apenas o governador marcar a data para dar a ordem de serviço. É uma localidade que tem uma barragem, uma das maiores da Bahia, que é a Barragem de Cristalândia, que leva água para Brumado e vai atender uma comunidade que é necessitada e que só tem água de carro-pipa. Então, vai levar água de qualidade. Uma obra de quase 7 milhões de reais naquele município de Ituaçu, que completou ontem 122 anos de existência. Ainda em Aracatu, depois da entrega desses equipamentos de emenda impositiva do nosso deputado Sérgio Brito, iremos também marcar a data de inauguração de um outro sistema de água de 6 milhões e 300

reais, onde estão colocando água no distrito da Piabanha, que vai atender também 320 casas, aproximadamente duas mil pessoas também. Esse distrito só via água de carro-pipa, todos os poços de água salgada. Então, o governador autorizou, e a Embasa está fazendo, conclui agora, no mês de outubro, esse sistema de água de 6 milhões, quase 6,5 milhões de reais. Então, o governador da Bahia tem realmente merecido esses 80% de aprovação. O governador realmente está investindo recurso onde as pessoas precisam e não está atendendo só meia dúzia de moradores. Em toda a Bahia, tem obra do governador, tem obra que está melhorando a qualidade de vida de todo seu povo, o que é o caso dessas duas obras que estão acontecendo, e ainda da terceira, no município de Rio de Contas, R\$ 7,7 milhões,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) colocando água lá em Casa de Telha, Carrapicho, colocando água no Umbuzeiro dos Santos, o que vai atender 420 famílias. Então, isso é recurso empregado onde a população precisa e necessita de água de qualidade para melhorar a sua vida.

Nobre presidente, obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 7 minutos, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, senhores da imprensa, senhores das galerias que nos veem neste momento, minhas amigas, meus amigos servidores desta Casa, é... Ao ouvir a “Vaza Jato” colocada pelo *The Intercept*, os áudios de diálogos de procuradores, pessoas que deveriam ser civilizadas... É repugnante o grau de crueldade dessa classe média encastelada no aparelho do Estado. Como é possível um grau de perversidade... se divertir, falar da morte de um ser humano? O papa Francisco coloca muito bem: “Quando se ri da morte de uma pessoa é porque aquele já morreu”. Então esses “yuppiezinhos” já morreram, já morreram! É um ódio de classe, é um ódio contra uma liderança popular, é um ódio contra os pobres – de uma classe média servil.

Hoje é esta a situação do país: ver a classe média capataz da classe dominante, servindo e fazendo coisas, diríamos, impossíveis na nossa história. É preciso repugnar, é preciso... não acontecer mais isso neste país porque é necessário que o povo brasileiro se indigne, temos uma maioria pobre e temos uma liderança que teve o pecado de chegar à presidência da República, e isso não é lugar para pobre. É muito triste ver aqueles que se dizem educados e finos fazendo uma coisa como esta.

Ontem, aqui, também, nós falávamos dos pontos de incêndio da Amazônia e também falávamos do Cerrado. E li uma matéria hoje dizendo que eu tinha me esquecido que o Cerrado era na Bahia. Não é só isso, não! Não tem Cerrado só na Bahia, nós temos Cerrado no Planalto Central, no estado de Goiás, e temos nos vários estados do Nordeste, são mais de 2,5 mil pontos de incêndio, o que é consequência das medidas tomadas pelo que ora ocupa a direção do Planalto, que desmontou o Ibama, que anunciou que é obrigação dizer quando se vai fiscalizar para que os criminosos...

Esses incêndios são, principalmente, para consolidar queimadas no sentido de grilar aquelas terras. O Incra, ele não se cansou de incendiar quase todo o país, vai incendiar agora a reforma agrária quando a resolução do Incra passar a cancelar desapropriações de terra que ainda estão judicializadas, tramitando na Justiça, porque é uma coisa mais comum. Imagine o potencial conflitivo de uma medida como essa, a perversidade contra aqueles que foram assentados. E não existe medida mais veloz para se incluir na economia, para dar dignidade de vida, do que assentar. A reforma agrária é para isso.

Agora essa resolução diz que vai desassentar para devolver essas terras para os latifundiários. O que pretende essas medidas, já que essas famílias estão há mais de 30, 40 anos nessas terras? Estão ali vivendo nos seus limites, vivendo dentro de uma política que foi totalmente esvaziada, mas tem ali a sua terra, onde produzir, onde garantir a sua sobrevivência, não migrando para as cidades. As cidades não suportam mais a migração do campo. É preciso políticas que garantam a permanência dessas famílias no seu lugar, no interior, produzindo, garantindo, no mínimo, a sua sobrevivência.

O que quer esse senhor agora, com essas medidas que têm um potencial conflitivo imenso, com certeza incendiando?...

Júnior Muniz: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) Porque imagine o que é desalojar famílias assentadas. A solução... Júnior Muniz: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) mais fácil que há é sempre chamar as Forças Armadas, que hoje neste país servem para tudo, desde apagar incêndio... Quando desmontaram, quando tiraram o cientista, um dos mais competentes do mundo, que fazia aquela leitura da situação das queimadas... Júnior Muniz: Um aparte, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) Agora é a Nasa. Será que esse sujeito vai querer demitir o presidente que dirige a Nasa? Será? Eu pergunto.

Então essa é a situação que nós estamos vivendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) O que é que justifica a retirada dessas famílias das suas terras, já que assentar já foi tão difícil? E hoje aqui, na nossa Bahia, em mais de 1 milhão de hectares, milhares de famílias assentadas que pensavam que tinham chegado à terra prometida vão ser desalojadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, no horário do Bloco PSDB/PSC, falarão por 5 minutos os deputados Alan Sanches e Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Júnior Muniz: Um aparte, deputado!

O Sr. ALAN SANCHES: O deputado Júnior Muniz está inscrito. Bem, senhoras e senhores, eu subo aqui para chamar a atenção mais uma vez, mas clamar, fazer um pedido, senhoras e senhores, um pedido humilde, para que o governo do estado possa olhar por Conceição do Almeida e São Felipe, para que ele possa cumprir o prometido, que é terminar... Eu acho que ali dá em torno de 1 quilômetro e meio, aquela entrada da pista principal de Conceição do Almeida, passagem também para o município de São Felipe.

Então, governador do estado, deputados e deputadas, senadores que tiveram votos nos municípios de Conceição do Almeida e São Felipe, me ajudem nisso! Vamos começar essa cobrança para que o governo do estado cumpra o seu compromisso, não largue aquele município ao relento, não largue as suas promessas esquecidas, porque o nosso município, Conceição do Almeida, sofre há muitos anos sem a menor necessidade. Já liberamos aqui bilhões, governador Rui Costa, nós liberamos bilhões para mobilidade, milhões para que V. Ex.^a pudesse recuperar a malha viária. Então, por favor, olhe, termine o seu prometido, que é a pista de Conceição do Almeida, ali no início, que vai dar em São Felipe.

Está inscrito o deputado Júnior Muniz, será um prazer ser aparteado por V. Ex.^a.

O Sr. Júnior Muniz: Obrigado, deputado, tenho certeza que o governador Rui Costa é sensível ao seu pedido, e vamos, sim, fazer frente, porque é um clamor da população de Conceição do Almeida.

Mas eu pedi esse aparte também para cumprimentar aqui meus conterrâneos, amigos de Umburanas, vereador Wesley, vereador Romilson e o meu grande amigo, o ex-vereador Emi Pires, um grande agricultor daquela terra que, tenho certeza, representou muito a Câmara Municipal quando foi vereador. Parabéns a vocês por assistir a esta sessão, quero dizer que esta Casa se sente honrada com vossas presenças, sejam sempre bem-vindos. E dizer a V. Ex.^a, deputado Alan, que faço de suas palavras as minhas palavras, que vou lutar também por Conceição do Almeida porque lá tenho um grande amigo, o prefeito Ito de Bêga, que faz um grande trabalho na gestão municipal. Muito obrigado...

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Júnior Muniz: (...) Registro a presença desses grandes homens da minha terra, da minha querida Umburanas. Está ali Romilson Camacan, Wesley Jatobá e Emilvaldo Pires. Muito obrigado.

O Sr. ALAN SANCHES: Na verdade, Sr. Presidente, eu queria que V. Ex.^a reconduzisse o meu tempo, a gente permitiu, com toda a tolerância aqui, uma comunicação inadiável, plausível realmente. Eu cumprimento também o pessoal de Umburanas aqui. Júnior Muniz é um craque, chegou aqui como quem não queria nada

e hoje já tomou conta do espaço deste Plenário. Tenha certeza que Umburanas... (Intervenção fora do microfone.)

Bem reclamado.

Agora eu queria que V. Ex.^a desse, pelo menos, mais 1 minuto de tolerância para que a gente pudesse...

Então eu clamo, em nome do prefeito Ito de Bêga, que faz uma administração exitosa lá no município Conceição do Almeida, que a gente possa unir forças para que o governo apenas cumpra o seu prometido, que é terminar aquela recuperação. Não a largue como uma obra, mais uma obra, inacabada do governo do estado, para que a gente possa recuperar aquela malha viária, que só traz transtorno para toda a população de Conceição do Almeida e, em seguida também, de São Felipe.

Então, o governador – eu tenho certeza – irá se sensibilizar não comigo, mas com a população do Almeida, com o prefeito parceiro dele, Ito de Bêga, e também com o apelo de V. Ex.^{as}. Tenho certeza de que agora o governador do Estado, sensível – espero que ele seja – à população do estado da Bahia, do município que foi sempre parceiro dele nas eleições, possa dar a ordem de serviço para acabar, para terminar aquele serviço mal feito, largado, interrompido, não sei por qual motivo. Mas isso só faz com que a gente possa se remeter, deputado Hilton, à falta de planejamento. Falta de planejamento!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não é dinheiro que falta ao governo do estado, o que falta ao governo do estado é planejamento para terminar as obras que ele não consegue acabar.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelo aparteante.)

O Sr. Marquinho Viana: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Gostaria de fazer um pedido de verificação de quórum, pois vejo que há poucos deputados no Plenário. Como os deputados não gostam de falar sem um público, gostaria que V. Ex.^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Alan Sanches: Senhor...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado.

Eu gostaria, neste momento, que V. Ex.^a, com a sua tolerância, pudesse marcar no painel os 15 minutos para que a gente pudesse utilizar esse período aqui. Fazendo assim, nesses 5 minutos meus eu gostaria, mais uma vez, de clamar a essa população... Eu estou lutando por Conceição do Almeida para que a gente consiga terminar essa

pavimentação. Ele começou, fez uma grande extensão ali e largou. Não sei o porquê! Tem mais de 6 anos! Há mais de 6 anos que não é possível transitar na entrada de Conceição do Almeida, no início da cidade justamente por que... Já não tem asfalto, já não tem barro, hoje, só tem poeira e pedra.

Então, eu apelo para a sensibilidade do governador do estado, para que ele possa atender aos apelos do prefeito Ito de Bêga e para que nós, dessa forma, possamos, depois de anos... Anos! Não é 1 ano, nem 2 anos, são 4, 5, 6, 7 anos! Espero que a gente possa, mais uma vez, passar longe da poeira no início da cidade de Conceição do Almeida.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Minha questão de ordem deve-se ao fato de precisar pedir, apelar ao nosso companheiro de bancada, deputado Alan Sanches, para que abra mão do pedido regimental.

O Sr. Alan Sanches: Não poderia, deputado Alex Lima, deixar de atender à orientação do Líder, tendo em vista que nosso recado, o nosso posicionamento já foi feito hoje. Muito obrigado. Retiro minha questão de ordem.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, queria solicitar o tempo regimental, conforme o art. 33.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não é possível, deputado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Não pode, não? Acabou?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não havendo número legal, declaro encerrada a presente sessão

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.